

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE ES

SIRLEI DE FÁTIMA DA CRUZ

**FATORES DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO
DO SETOR PÚBLICO ALINHADOS À CONVERGÊNCIA PARA AS IPSAS**

**VITÓRIA
2025**

SIRLEI DE FÁTIMA DA CRUZ

**FATORES DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO
DO SETOR PÚBLICO ALINHADOS À CONVERGÊNCIA PARA AS IPSAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvania Neris Nossa.

VITÓRIA

2025

SIRLEI DE FÁTIMA DA CRUZ

**FATORES DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO
DO SETOR PÚBLICO ALINHADOS À CONVERGÊNCIA PARA AS IPSAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração. Nível Profissionalizante.

Aprovada em 01 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Silvania Neris Nossa
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Prof^a. Dr^a. Elisangela Santos Fernandes
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Prof^a. Dr^a. Rozelia Laurett
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, pela realização deste mestrado.

Ao meu esposo, amor da minha vida, parceiro nos estudos e na vida, pelo incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amados filhos, pelo apoio, paciência e compreensão em tantos momentos difíceis.

A minha mãe, pelo amor incomparável.

Aos meus familiares e amigos, pelos incentivos às novas conquistas.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Silvania Neris Nossa, por todas as oportunidades de aprendizado e crescimento em suas orientações.

À Prof^a. Dr^a. Elisangela Santos Fernandes e à Prof^a. Dr^a. Rozelia Laurett, pelas contribuições na realização deste trabalho.

Aos professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, pelos valiosos ensinamentos.

Aos colegas deste mestrado, pelo convívio e crescimento em muitas discussões.

À Contabilidade Geral do Estado de Rondônia (COGES), pela oportunidade disponibilizada e o apoio financeiro do Programa de Aperfeiçoamento.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim:
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega
e depois desinquieta o que ela quer da gente é
CORAGEM”.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público impõe desafios à contabilização do ativo imobilizado no setor público brasileiro. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar os determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos, alinhados à convergência para as IPSAS. O estudo foi conduzido à luz da Teoria Institucional, que explica como mecanismos coercitivos, normativos e miméticos moldam práticas organizacionais. Com abordagem quantitativa e caráter exploratório, os dados foram coletados por meio de 162 questionários eletrônicos, respondidos por contadores públicos das esferas federal, estadual e municipal. A análise foi realizada em duas etapas: estatística descritiva e análise fatorial exploratória. Foram identificados quatro fatores principais: Cultura Organizacional, Competência Técnica, Conformidade Normativa e Transparência Contábil. Os resultados demonstram que a efetividade da NBC TSP 07 depende não apenas de normativos, mas também de aspectos organizacionais, técnicos, normativos e culturais. Conclui-se que a contabilização do ativo imobilizado do setor público é um fenômeno multifatorial, que representa articulação intersetorial, qualificação profissional, conformidade normativa e comprometimento institucional com a transparência. O estudo contribui com a teoria ao identificar os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público, ampliando a discussão sobre a convergência para as IPSAS. Na prática, oferece subsídios para o setor público no planejamento de ações voltadas à aplicação efetiva da NBC TSP 07, fortalecendo a transparência e o uso responsável dos recursos públicos.

Palavras-chave: Contabilidade pública; Ativo imobilizado; Fatores determinantes; IPSAS.

ABSTRACT

The adoption of International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) poses significant challenges to the accounting of fixed assets in the Brazilian public sector. Therefore, this research aimed to investigate the determinants in the accounting of fixed assets by public accountants, aligned with convergence to IPSAS. The study was conducted in light of Institutional Theory, which explains how coercive, normative, and mimetic mechanisms shape organizational practices. Using a quantitative and exploratory approach, data were collected through 162 electronic questionnaires answered by public accountants from the federal, state, and municipal levels. The analysis was performed in two stages: descriptive statistics and exploratory factor analysis. Four main factors were identified: Organizational Culture, Technical Competence, Normative Conformity, and Accounting Transparency. The results demonstrate that the effectiveness of NBC TSP 07 depends not only on regulatory frameworks but also on organizational, technical, and cultural aspects. It is concluded that the accounting of fixed assets in the public sector is a multifactorial phenomenon, which encompasses intersectoral articulation, professional qualification, normative conformity, and institutional commitment to transparency. The study contributes to theory by identifying the determining factors in the accounting of fixed assets in the public sector, expanding the discussion on convergence to IPSAS. In practical terms, it provides support for the public sector in planning actions aimed at the effective implementation of NBC TSP 07, strengthening transparency and the responsible use of public resources.

Keywords: Public accounting; Fixed assets; Determining factors; IPSAS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização da amostra	32
Tabela 2 - Estatística descritiva.....	34
Tabela 3 - Teste de Bartlett e índice de KMO	37
Tabela 4 - Matriz fatorial de componentes dos fatores.....	37
Tabela 5 - Total da variância explicada.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL	14
2.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	15
2.2.1 Convergência às normas internacionais.....	15
2.2.2 IPSAS no setor público brasileiro.....	18
2.3 DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO DO SETOR PÚBLICO	19
3 METODOLOGIA	26
3.1 MÉTODO DE PESQUISA	26
3.2 CAMPO DE PESQUISA E AMOSTRA	27
3.3 COLETA DE DADOS	28
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE.....	29
4 ANÁLISE DOS DADOS	31
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	32
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	34
4.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	36
4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	54
APÊNDICE B – SINTETIZAÇÃO DOS ITENS PARA FINS ANALÍTICOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública tem passado por um processo de modernização com base no regime de competência, visando à padronização e à melhoria da qualidade dos relatórios financeiros em nível internacional (Sellami & Gafsi, 2017). Nesse contexto, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards Board* - IPSASB) desenvolveu as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS), alinhadas aos princípios da Nova Gestão Pública e voltadas à modernização das práticas contábeis no setor público (Paula & Bezerra, 2024).

A adoção das IPSAS exigiu dos entes públicos a incorporação de novos procedimentos contábeis, especialmente no que diz respeito à contabilização do ativo imobilizado, por representar quantitativamente uma informação relevante em relação aos demais componentes do balanço patrimonial (Lyshchenko & Kuripka, 2020; Schmidhuber et al., 2022; Silva et al., 2021). A adequada mensuração e a evidenciação dos ativos imobilizados são essenciais para assegurar a qualidade da informação contábil (Silva et al., 2021). Assim, a adoção de práticas como reconhecimento, depreciação e reavaliação dos ativos imobilizados tem promovido responsabilidade e transparência dos entes públicos (Mata, 2022; Oliveira et al., 2019).

No Brasil, o processo de convergência às IPSAS começou com a Portaria nº 184/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabeleceu diretrizes para a harmonização contábil no setor público (Brandão et al., 2023). Esse processo

avançou com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas para o Setor Público (NBC TSP), iniciadas em 2016 (Marques et al., 2020). Um marco importante foi o início da vigência da NBC TSP 07, que atribuiu às entidades públicas a responsabilidade por definir os critérios de mensuração do ativo imobilizado, impactando a qualidade da informação contábil (Silva et al., 2021).

Com a convergência às normas internacionais, o controle patrimonial ganhou destaque nas organizações públicas, sendo considerado fundamental para a transparência da gestão e o fortalecimento do controle social (Fernandes & Monteiro, 2019). A relação entre o imobilizado e a informação contábil permite avaliar a efetividade da administração dos bens públicos e assegurar a correta aplicação dos recursos (Andrade & Suzart, 2019; Martins & Peixe, 2020).

No setor privado, o registro do ativo imobilizado cumpre funções como a apuração do lucro, o planejamento de investimentos e a mensuração da performance da empresa (Silifusti & Siswanto, 2025). Já no setor público, a relevância desse registro está relacionada à transparência, à responsabilização na gestão dos bens públicos e à capacidade de avaliação do uso eficiente dos recursos públicos (Andrade & Suzart, 2019; Fernandes & Monteiro, 2019).

A ausência ou deficiência no registro contábil desses ativos pode gerar distorções na demonstração patrimonial, comprometer auditorias, fragilizar o controle social e dificultar o planejamento público (Robalo & Matos, 2024). Apesar da exigência normativa, a prática contábil do ativo imobilizado permanece pouco ou parcialmente aplicada no setor público (Andrade & Suzart, 2019).

Além disso, há falhas recorrentes na aplicação de métodos de depreciação, revelando baixa adesão às IPSAS (Brandão et al., 2023). Martins e Peixe (2020) destacam que a mensuração dos ativos imobilizados é negligenciada com frequência,

mesmo diante das exigências normativas, o que compromete a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Embora exista uma estrutura normativa consolidada, a efetiva aplicação das práticas contábeis relativas ao ativo imobilizado depende da atuação coordenada de fatores institucionais, normativos, técnicos e operacionais (Ahadiat & Martin, 2016; Creel et al., 2023; Araújo et al., 2022; Gomes et al., 2019). Mbelwa et al. (2019) enfatizam a importância da capacitação técnica e da existência de sistemas informatizados para a consolidação dessas práticas. Por sua vez, Abdulkarim et al. (2020), Rossi et al. (2016) e Scapens (2006) ressaltam a legitimidade normativa, a cultura organizacional e o apoio da alta gestão como componentes-chave da institucionalização das práticas contábeis.

Apesar do avanço das pesquisas sobre a convergência das normas internacionais de contabilidade no setor público, a literatura ainda apresenta lacunas quanto à compreensão integrada de determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público. Estudos anteriores têm enfatizado aspectos isolados, como a adesão normativa (Brandão et al., 2023), a mensuração da depreciação (Andrade & Suzart, 2019) e as dificuldades de implementação da NBC TSP 07 (Marques et al., 2020; Paula & Bezerra, 2024).

Entretanto, pesquisas sobre a interação entre dimensões técnicas, institucionais e culturais permanece pouco explorada, especialmente sob a lente da Teoria Institucional. Observa-se uma carência de estudos que contribuem para o setor público no desenvolvimento das ações voltadas à aplicação efetiva da NBC TSP 07, fortalecendo a transparência e o uso responsável dos recursos públicos.

Nesse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores

públicos alinhados à convergência para as IPSAS? Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi investigar os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos alinhados à convergência para as IPSAS.

Para isso, adotou-se como base a Teoria Institucional, que considera que os processos de isomorfismo institucional explicam a homogeneização das práticas organizacionais em resposta às pressões do ambiente institucional (DiMaggio & Powell, 1983; Matias-Pereira, 2021). Essa abordagem possibilita compreender como esses processos influenciam a internalização das normas no contexto de convergência para as IPSAS (Piccini et al., 2022).

A pesquisa foi conduzida mediante abordagem quantitativa exploratória, com dados primários e corte transversal, usando um questionário Likert de cinco pontos aplicado a contadores públicos das esferas federal, estadual e municipal. A amostragem foi selecionada de forma não probabilística para garantir diversidade regional e a análise dos dados envolveu estatística descritiva e análise fatorial exploratória. Esses procedimentos permitiram identificar quatro fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público.

A pesquisa se justifica teoricamente pela necessidade de ampliar o entendimento sobre determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público brasileiro. A literatura nacional carece de estudos com evidências empíricas que expliquem os elementos que sustentam a efetividade da NBC TSP 07. Este estudo contribui ao identificar, por meio da análise fatorial exploratória, estruturas latentes que representam a contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos, oferecendo uma base conceitual para compreender o processo de aplicação da norma no contexto da convergência para as IPSAS.

A justificativa prática decorre da relevância do estudo para o setor público, diante do desafio da NBC TSP 07 em relação à contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos. A pesquisa oferece subsídios para aperfeiçoar a conformidade e a transparência das informações patrimoniais, apoiando gestores e órgãos de controle na consolidação da contabilidade patrimonial. Dessa forma, o estudo orienta políticas e práticas voltadas ao aprimoramento da gestão eficiente e responsável do patrimônio público, gerando benefícios institucionais e sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

A Teoria Institucional fornece uma base conceitual para compreender como as práticas contábeis e administrativas são estruturadas e legitimadas nas organizações públicas a partir das interações com o ambiente institucional (Borges & Borges, 2021; DiMaggio & Powell, 1983; Matias-Pereira, 2021). As organizações buscam legitimidade perante as partes interessadas, adotando estruturas e processos tangíveis que correspondem a valores e normas intangíveis reconhecidos socialmente. Esse comportamento tende a se consolidar como regra organizacional, refletindo as expectativas cognitivas e simbólicas da sociedade sobre o que é considerado uma atuação legítima (Borges & Borges, 2021).

A adoção de novas práticas pode ser compreendida tanto como um meio de alcançar eficiência quanto como uma forma de atender às expectativas sociais, culturais e regulatórias do ambiente institucional (Matias-Pereira, 2021). Essas práticas são moldadas pela busca de legitimidade, pela necessidade de conformidade e pela pressão simbólica por alinhamento às normas aceitas (Piccini et al., 2022). Nesse contexto, as decisões organizacionais refletem não apenas critérios técnicos, mas também aspectos de aceitação e reconhecimento institucional, conforme discutido por DiMaggio e Powell (1983) e reafirmado por Matias-Pereira (2021).

A implementação das normas contábeis internacionais no setor público brasileiro evidencia esse processo, envolvendo compatibilidade entre modelo normativo, valores organizacionais e estrutura de governança (Piccini et al., 2022). O isomorfismo institucional explica como as organizações passam a se assemelhar em suas práticas, buscando legitimidade (DiMaggio & Powell, 1983).

O isomorfismo institucional se manifesta por meio de mecanismos coercitivos, decorrentes da obrigatoriedade legal de observância a normas como a NBC TSP 07; normativos, associados à formação e às orientações dos profissionais; e miméticos, quando instituições buscam reproduzir modelos de referência para reduzir incertezas (DiMaggio & Powell, 1983; Matias-Pereira, 2021).

A institucionalização é um processo gradual, que exige tempo, comprometimento e adaptação (Marques et al., 2020; Sasso & Varela, 2023). Esse processo sugere que a eficácia das reformas contábeis não depende apenas da adoção formal das normas, mas também da sua internalização nas rotinas e valores organizacionais (Matias-Pereira, 2021). A mudança se torna efetiva quando as normas passam a integrar a cultura e os processos institucionais, refletindo um alinhamento entre estrutura organizacional e expectativas externas (DiMaggio & Powell, 1983).

Dessa forma, esta pesquisa é orientada pela lente da Teoria Institucional para investigar os determinantes da contabilização do ativo imobilizado em conformidade com a NBC TSP 07, com base em **estudos relacionados** que dialogam com essa perspectiva e fundamentam as proposições conceituais adotadas no desenvolvimento do estudo (Matias-Pereira, 2021; Piccini et al., 2022).

2.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

2.2.1 Convergência às normas internacionais

A contabilidade pública passou por transformações baseadas no regime de competência e destinadas à padronização e à qualidade dos relatórios financeiros do setor público em diversos países (Mata, 2022; Sellami & Gafsi, 2017). Nesse cenário,

a elaboração das IPSAS veio como apoio técnico às práticas contábeis, influenciadas pelo modelo de reforma da Nova Gestão Pública (Paula & Bezerra, 2024).

A adoção das IPSAS transformou a contabilidade pública, ao introduzir o regime de competência como base para a contabilização no setor público, promovendo a comparabilidade e a qualidade dos relatórios financeiros (Mata, 2022; Sellami & Gafsi, 2017). Essas normas contribuem para a governança pública, possibilitando que os relatórios contábeis reflitam, de forma fidedigna, a realidade econômica das entidades públicas, aumentando a transparência e a responsividade das instituições perante a sociedade e os órgãos de controle (Mata, 2022).

Em estudo de abrangência global, Masoud (2025) demonstra que a adoção das IPSAS contribui para o aumento da transparência financeira e da responsabilização no setor público, com efeitos positivos observados também em países em desenvolvimento. Esses resultados reforçam a importância de alinhar a adoção normativa a medidas de capacitação e fortalecimento institucional, para ampliar os benefícios dessas reformas (Schmidhuber et al., 2022).

Contudo, em muitos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, o processo de convergência é dificultado por limitações técnicas, institucionais e culturais (Polzer et al., 2021). O estudo de Robalo e Matos (2024) mostra que, em Portugal, a adoção das IPSAS foi fortemente influenciada por pressões de organismos internacionais e por estruturas institucionais do nível econômico e político, especialmente em contextos de crise. A experiência internacional indica que a conformidade formal com as normas não necessariamente implica em transformação substancial dos processos contábeis (Polzer et al., 2021).

O estudo de Silva et al. (2022) evidencia que a adoção das IPSAS no setor público está condicionada por pressões externas institucionais, especialmente

aquelas exercidas por órgãos de controle e instâncias superiores da administração pública. Essa influência demonstra um processo de isomorfismo coercitivo, em que a conformidade normativa é impulsionada mais pela imposição e fiscalização externas do que por iniciativas internas de modernização contábil (Robalo & Matos, 2024; Sasso & Varela, 2023; Schmidhuber et al., 2022).

Marques et al. (2020) relatam que, no Brasil, a convergência foi formalmente iniciada com a Portaria STN nº 184/2008, que impulsionou a criação das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Posteriormente, evoluiu com a edição das NBC TSP, alinhado às diretrizes da Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants* – IFAC) (Schmidhuber et al., 2022). Contudo, segue-se com dificuldades na aplicação plena das normas convergidas (Silva et al., 2021).

Nesse sentido, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), conforme a Portaria nº 548/2015 da STN, orientou os entes federativos na adoção gradativa das práticas patrimoniais em consonância com as IPSAS (Piccini et al., 2022). A portaria estabeleceu prazos obrigatórios para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais segregados por esfera de governo (Brandão et al., 2023). Entretanto, a efetiva aplicação dos procedimentos relacionados aos ativos imobilizados ainda apresenta falhas relevantes, especialmente entre os entes subnacionais (Brandão et al., 2023).

Mata (2022) reforça essa perspectiva ao demonstrar que, mesmo com regulamentação específica, no Estado do Espírito Santo, o nível de disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais permanece limitado, evidenciando lentidão e heterogeneidade na aplicação das normas. Da mesma forma, Piccini et al. (2022)

mostram que, mesmo após a publicação da Portaria STN nº 548/2015, muitos entes federativos não evidenciam todos os procedimentos previstos, como a reavaliação de ativos, que é um item frequentemente negligenciado.

2.2.2 IPSAS no setor público brasileiro

Embora o Brasil tenha desenvolvido um arcabouço normativo, a implementação das normas patrimoniais permanece limitada (Brandão et al., 2023). Há carência de estrutura, sistemas informatizados, capacitação técnica e padronização nos procedimentos de mensuração, reavaliação e depreciação dos ativos imobilizados (Martins & Peixe, 2020; Oliveira et al., 2019). Isso compromete a qualidade da informação contábil, dificultando a prestação de contas e o controle social, bem como reduz o potencial informativo das demonstrações financeiras para a tomada de decisão (Silva et al., 2021).

Nesse cenário, a aplicação da NBC TSP 07, que trata do ativo imobilizado, apresenta desafios operacionais em relação à classificação, mensuração e controle dos bens públicos (Brandão et al., 2023). A adoção efetiva das normas depende não apenas da existência de regulação formal, mas também de esforços institucionais coordenados para garantir sua operacionalização e monitoramento (Paula & Bezerra, 2024). Além disso, o fortalecimento da cultura de conformidade e o investimento em capacitação são aspectos fundamentais nesse processo (Martins & Peixe, 2020).

O estudo de Silva et al. (2021) analisou como a contabilização da depreciação de ativos imobilizados no setor público brasileiro afeta a qualidade da informação contábil e demonstrou que a ausência de depreciação, um procedimento preconizado na NBC TSP 07, pode gerar superavaliação patrimonial e distorções nos resultados contábeis.

No mesmo sentido, o estudo de Oliveira et al. (2019) mostra que, embora haja esforços de adaptação às normas por meio de inventário de ativo imobilizado, a efetiva aplicação dos procedimentos exige mudanças institucionais, investimento em capacitação e uma abordagem de gestão focada em conformidade e controle patrimonial.

Da mesma forma, a ausência de padronização nas atividades patrimoniais compromete o controle efetivo dos bens nas instituições públicas (Fernandes & Monteiro, 2019). O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação adequados dos ativos imobilizados são fundamentais para a qualidade das informações contábeis (Fernandes & Monteiro, 2019; Silva et al., 2021). Além disso, a contabilização apropriada fortalece a transparência, auxilia na tomada de decisões e reforça a conformidade com as IPSAS (Paula & Bezerra, 2024; Schmidhuber et al., 2022).

2.3 DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO DO SETOR PÚBLICO

Masoud (2025) destaca que os desafios para a implementação das IPSAS decorrem não apenas de limitações técnicas ou institucionais, mas também de fatores culturais presentes no ambiente dos países em desenvolvimento, demonstrando que a adesão eficaz requer alinhamento entre capacidade técnica, infraestrutura normativa e compromisso organizacional. Abdulkarim et al. (2023) complementam que valores culturais e a linguagem utilizada nas normas afetam a forma como as IPSAS são compreendidas e aplicadas.

Nesse sentido, os determinantes para o registro do ativo imobilizado no setor público envolvem uma combinação de fatores institucionais, normativos, técnicos e operacionais (Piccini et al., 2022). Além disso, aplicação eficaz da NBC TSP 07 exige

domínio dos critérios de reconhecimento, mensuração e depreciação do ativo imobilizado, além de estruturas adequadas de controle patrimonial e suporte tecnológico (Ahadiat & Martin, 2016; Creel et al., 2023; Gomes et al., 2019). Dessa forma, a precisão nos registros contábeis está diretamente ligada à competência técnica das equipes e à padronização dos processos de contabilização patrimonial (Mbelwa et al., 2019).

O estudo realizado por Abdulkarim et al. (2023) evidencia que valores culturais, como profissionalismo, sigilo e uniformidade, influenciam diretamente a forma como as normas contábeis são compreendidas e aplicadas no setor público. Além disso, barreiras linguísticas associadas à linguagem técnica das IPSAS podem dificultar sua internalização institucional (Creel et al., 2023; Masoud, 2025). Esses fatores reforçam a cultura organizacional como elemento determinante na adoção da IPSAS Marques et al., (2020).

Diez-Busto et al. (2023) evidenciam que a formação contábil deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também competências interpessoais e organizacionais, indispensáveis para o desempenho consistente na prática profissional. A capacitação contínua é essencial para manter a conformidade com as constantes atualizações normativas, fortalecendo a aderência técnica às exigências da norma (Diez-Busto et al., 2023; Jackling & De Lange, 2009). O aperfeiçoamento constante garante que os profissionais estejam aptos a interpretar corretamente as normas e aplicá-las à realidade das instituições públicas (Piccini et al., 2022).

O uso de sistemas informatizados para controle de bens facilita a automação dos registros, reduz erros operacionais e melhora a confiabilidade das demonstrações contábeis (Martins & Peixe, 2020). A clareza dos manuais técnicos e a disponibilidade de guias práticos são fundamentais para garantir uma aplicação uniforme e

compreensível das normas (Mata, 2022). Nessa perspectiva, documentações bem elaboradas reduzem ambiguidades na interpretação e facilitam a adoção pelas diferentes organizações (Ahadiat & Martin, 2016; Creel et al., 2023).

Outro aspecto determinante é a correta classificação dos ativos por profissionais que compreendem e aplicam os critérios de diferenciação entre os ativos imobilizados, para classificá-los corretamente, contribuindo para a consistência dos registros patrimoniais (Gomes et al., 2019; Mbelwa et al., 2019). Essa distinção impacta diretamente a qualidade da informação contábil gerada e sua utilidade para fins de gestão e *accountability* (Silva et al., 2021).

A legitimação normativa é reforçada pela atuação de órgãos superiores, como a STN, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a IFAC, que conferem autoridade às NBC TSP e transformam sua adoção em requisito de governança (DiMaggio & Powell, 1983; Marques et al., 2020; Piccini et al., 2022; Scapens, 2006). A formalização da norma em regimentos internos e a adoção de indicadores de desempenho patrimonial favorecem a institucionalização das boas práticas, estabelecendo metas objetivas para mensuração da conformidade (Abdulkarim et al., 2020; Marques et al., 2020; Piccini et al., 2022; Rossi et al., 2016).

A adoção de experiências de sucesso observadas em outros entes federativos ou países que já consolidaram a aplicação das IPSAS pode servir como referência para acelerar o processo de aprendizado local (Ahadiat & Martin, 2016; Creel et al., 2023; Gomes et al., 2019). Essa dinâmica se caracteriza por um isomorfismo mimético, no qual a replicação de práticas reconhecidas como eficazes reforça a adesão às novas normas (Robalo & Matos, 2024).

A transferência de conhecimento e a adaptação de boas práticas à realidade local aumentam a efetividade das ações de implementação, considerando-se as

particularidades institucionais e técnicas de cada ente público (Azevedo et al., 2020; Mbelwa et al., 2019).

A colaboração intersetorial e o apoio da alta gestão também figuram como fatores determinantes, essa articulação entre áreas contábeis, administrativas e de controle interno, junto ao incentivo institucional, contribui para superar resistências internas e efetivar a implementação da NBC TSP 07 (Sasso & Varela, 2023).

Sonjaya et al. (2025) também reforçam que o sucesso da implementação de normas contábeis no setor público está diretamente ligado ao comprometimento da liderança e ao fortalecimento da comunicação entre os setores. O compromisso da liderança institucional é essencial para viabilizar mudanças sustentáveis, alinhadas às exigências de legitimidade e governança institucional nas reformas contábeis (IFAC, 2025; Schmidhuber et al., 2022; Sonjaya et al., 2025).

Alsharari (2018) comenta que, mesmo diante de estruturas normativas bem definidas, a fragilidade organizacional, a carência de qualificação e a resistência dos profissionais dificultam a efetivação das reformas contábeis no setor público. A partir de uma análise institucional multinível, Alsharari (2018) demonstra que fatores internos das organizações são tão relevantes quanto os normativos formais na consolidação das práticas contábeis.

A implementação das normas patrimoniais no setor público depende de fatores tecnológicos e institucionais, os quais se configuram como determinantes para a efetividade normativa (Mbelwa et al., 2019). A literatura demonstra que a dependência de *softwares* contábeis comerciais compromete a capacidade dos municípios brasileiros de atender aos prazos estabelecidos para adoção das práticas alinhadas às IPSAS, o que resulta em desmobilização institucional e insegurança sobre a continuidade das reformas (Azevedo et al., 2020).

Complementarmente, analisando o setor privado indonésio, Silifusti e Siswanto (2025) destacam que a contabilidade do ativo imobilizado exerce papel estratégico no aprimoramento da eficiência operacional e do desempenho organizacional, ao fornecer subsídios para decisões de investimentos e gestão de ativos. Essa perspectiva reforça a importância de uma abordagem técnico-operacional integrada também no setor público, considerando os ganhos gerenciais advindos de registros patrimoniais precisos e sistematizados (Fernandes & Monteiro, 2019; Martins & Peixe, 2020).

Por fim, embora os determinantes para o registro do ativo imobilizado tenham sido identificados e descritos teoricamente, é necessário avaliá-los empiricamente para entender sua influência relativa e interdependência. O Quadro 1, a seguir, apresenta a organização dessas variáveis, com suas definições e fundamentações teóricas, servindo como base para a coleta e análise de dados desta pesquisa:

Quadro 1 - Variáveis sobre determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos

Nº	Descrição da variável	Definição sintetizada com referências
1	Conhecimento técnico da NBC TSP 07	Conhecimento técnico da NBC TSP 07 é determinante para a contabilização do ativo imobilizado no setor público, pois a convergência normativa exige conhecimento técnico dos contadores para aplicar corretamente os procedimentos da norma (Marques et al., 2020; Martins & Peixe, 2020; Paula & Bezerra Filho, 2024).
2	Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07	Conhecimento específico dos critérios normativos que sustentam o registro, a mensuração e a depreciação de bens do imobilizado, condição necessária para consistência e comparabilidade (Gomes et al., 2019; Silva et al., 2021).
3	Capacitação técnica sobre NBC TSP 07	A capacitação específica é determinante para a contabilização do ativo imobilizado, pois eleva o domínio dos critérios de reconhecimento, mensuração e depreciação exigidos pelas normas (Martins & Peixe, 2020; Oliveira et al., 2019; Paula & Bezerra Filho, 2024).
4	Conformidade Normativa	A conformidade normativa nos relatórios contábeis pressupõe aderência aos critérios previstos na NBC TSP 07, e a adequada contabilização do ativo imobilizado (Brandão et al., 2023; Mata, 2022; Piccini et al., 2022).
5	Infraestrutura tecnológica	A infraestrutura tecnológica, representada por sistemas informatizados de controle patrimonial, constitui determinante para a contabilização do ativo imobilizado, ao viabiliza registros alinhados com a NBC TSP 07 (Azevedo et al., 2020; Fernandes & Monteiro, 2019; Mata, 2022).

6	Relatórios baseados em normas atualizadas	Relatórios baseados em normas atualizadas constituem determinante para a contabilização do ativo imobilizado, por padronizar procedimentos de registro como mensuração e evidenciação, sugerindo conformidade com a NBC TSP 07 (Mata, 2022; Robalo & Matos, 2024; Schmidthuber et al., 2022).
7	Segurança na classificação dos ativos	A segurança do contador para classificar os ativos imobilizados pode assegurar a correta aplicação dos critérios previstos na NBC TSP 07, ao reduzir inconsistências e fortalece a aderência normativa (Andrade & Suzart, 2019; Mata, 2022; Martins & Peixe, 2020).
8	Facilidade no uso do sistema contábil	A facilidade de uso do sistema contábil da instituição é determinante para a contabilização do ativo imobilizado, pois favorece a execução correta dos registros patrimoniais em conformidade com a NBC TSP 07 (Azevedo et al., 2020; Fernandes & Monteiro, 2019; Mata, 2022).
9	Pressão normativa de órgãos superiores	A pressão normativa exercida por órgãos superiores impõe conformidade à NBC TSP 07 e impulsiona a convergência às normas internacionais de contabilidade (Marques et al., 2020; Mata, 2022; Robalo & Matos, 2024; Sasso & Varela, 2023; Schmidthuber et al., 2022; Silva et al., 2022).
10	Colaboração intersetorial	A colaboração entre diferentes áreas da instituição pode fortalecer a implementação da NBC TSP 07 e contribuir para a adequada contabilização do ativo imobilizado em conformidade com as orientações dos órgãos de controle (Marques et al., 2020; Mbelwa et al., 2019; Sasso & Varela, 2023).
11	Regulamentação dos órgãos de controle	A regulamentação dos órgãos de controle interno e externo tende a favorecer a aplicação prática da NBC TSP 07 e reforçar a padronização exigida na convergência internacional (Abdulkarim et al., 2020; Brandão et al., 2023; Mata, 2022; Piccini et al., 2022; Sasso & Varela, 2023).
12	Adoção de boas práticas de outros entes	A adoção de boas práticas observadas em outros entes públicos reflete processos de isomorfismo institucional, que favorecem a aplicação da NBC TSP 07 e reforçam a legitimidade da convergência às IPSAS (Gomes et al., 2019; Mbelwa et al., 2019; Schmidthuber et al., 2022).
13	Transparência	A transparência representa um determinante para a implementação da NBC TSP 07, ao vincular a implementação da norma à necessidade de maior clareza, accountability e legitimidade na gestão pública (Brandão et al., 2023; Mata, 2022; Piccini et al., 2022; Robalo & Matos, 2024; Schmidthuber et al., 2022).
14	Domínio dos conceitos contábeis	Ter domínio dos conceitos contábeis possibilita a aplicação correta dos critérios previstos na NBC TSP 07 (Andrade & Suzart, 2019; Marques et al., 2020; Martins & Peixe, 2020; Silva et al., 2021).
15	Práticas contábeis alinhadas às IPSAS	Alinhamento das práticas de contabilização do ativo imobilizada às normas internacionais, por meio das NBC TSP 07, tende a elevar a qualidade e comparabilidade da informação contábeis (Marques et al., 2020; Schmidthuber et al., 2022).
16	Apoio da alta gestão	Apoio da alta gestão à implementação tende a garantir incentivo à capacitação, mobilização de recursos e legitimação da implementação da NBC TSP 07 (Abdulkarim et al., 2020; Marques et al., 2020; Paula & Bezerra Filho, 2024; Mbelwa et al., 2019; Sasso & Varela, 2023).
17	Valorização organizacional	Valorização da contabilização do ativo imobilizado reflete o reconhecimento da cultura institucional sobre a importância do registro patrimonial como instrumento de transparência, eficiência e legitimidade (Gomes et al., 2019; Mata, 2022; Mbelwa et al., 2019; Sasso & Varela, 2023; Silifusti & Siswanto, 2025).
18	Participação em discussões técnicas	A participação do contador em discussões técnicas sugere a integração de diferentes áreas na interpretação da NBC TSP 07 tende a facilitar a padronização dos procedimentos contábeis (Abdulkarim et al., 2020; Marques et al., 2020; Mbelwa et al., 2019; Paula & Bezerra Filho, 2024; Sasso & Varela, 2023).

19	Resistência à mudança	Resistência à mudança organizacional dificulta a contabilização do ativo imobilizado, refletindo barreiras culturais e institucionais que limitam a efetiva aplicação da NBC TSP 07 (Abdulkarim et al., 2020; Marques et al., 2020; Mbelwa et al., 2019; Robalo & Matos, 2024; Schmidhuber et al., 2022).
20	Busca por atualização em normas	A busca por atualização normativa e técnica sugere que os contadores públicos mantenham competências alinhadas às exigências da NBC TSP 07, favorecendo a convergência às IPSAS (Marques et al., 2020; Martins & Peixe, 2020; Paula & Bezerra Filho, 2024).
21	Comunicação intersetorial	A comunicação intersetorial tende a viabilizar o cumprimento coordenado dos requisitos da NBC TSP 07 e elevar a qualidade da informação patrimonial (Fernandes & Monteiro, 2019; Marques et al., 2020; Mata, 2022; Paula & Bezerra Filho, 2024; Sasso & Varela, 2023).
22	Compromisso organizacional	Compromisso organizacional com a conformidade contábil pressupõe que as decisões organizacionais tendem a fortalecer a aplicação da NBC TSP 07 e impulsionar a convergência às IPSAS (Marques et al., 2020; Mata, 2022; Robalo & Matos, 2024).
23	Cultura de valorização contábil e patrimonial	A cultura organizacional que valoriza a contabilização do ativo imobilizado e a integridade do patrimônio público tende a orientar decisões e rotinas aderentes à NBC TSP 07 e à convergência às IPSAS (Brandão et al., 2023; Marques et al., 2020; Sasso & Varela, 2023; Mata, 2022; Mbelwa et al., 2019).
24	Qualidade da informação contábil	A melhoria da qualidade da informação contábil nas demonstrações financeiras, sugere benefício resultante da convergência às IPSAS (Abdulkarim et al., 2020; Brandão et al., 2023; Fernandes & Monteiro, 2019; Gomes et al., 2019; Silva et al., 2021).
25	Reconhecimento adequado contribui para transparência	Reconhecer corretamente o ativo imobilizado pode representar transparência e prestação de contas, pressupõe fundamentar a <i>accountability</i> e o controle social (Brandão et al., 2023; Schmidhuber et al., 2022; Silva et al., 2021).
26	Fidedignidade das demonstrações	A aplicação da NBC TSP 07 tende a fornecer uma visão fidedigna do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras (Brandão et al., 2023; Schmidhuber et al., 2022; Silva et al., 2021).
27	Fortalecimento da eficiência da gestão patrimonial	Adoção da NBC TSP 07 como apoio à tomada de decisão, tende a fortalecer a eficiência da gestão patrimonial (Brandão et al., 2023; Schmidhuber et al., 2022; Silifusti & Siswanto, 2025; Silva, 2021).
28	Informações úteis para tomada de decisões	As informações sobre ativos imobilizados podem ser percebidas como úteis para a tomada de decisões, ao favorecer maior clareza patrimonial, transparência e qualidade da informação contábil (Gomes et al., 2019; Mata, 2022; Sasso & Varela, 2023; Silifusti & Siswanto, 2025).
29	Confiabilidade das demonstrações	A adoção da NBC TSP 07 pode fortalecer a confiabilidade das demonstrações contábeis, pressupõe-se que critérios claros de reconhecimento, mensuração e evidenciação do ativo imobilizado, promovem maior transparência e comparabilidade das informações (Brandão et al., 2023; Silva et al., 2021).
30	Contabilização melhora transparência	A contabilização do ativo imobilizado no setor público pode favorecer a transparência ao aprimorar a qualidade da informação patrimonial e ampliar as condições de controle social da gestão (Brandão et al., 2023; Mata, 2022; Silva et al., 2021).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa, de natureza quantitativa e caráter exploratório, com uso de dados primários e corte transversal, teve como objetivo investigar os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos alinhados à convergência para as IPSAS.

A abordagem quantitativa permite coletar e analisar dados numéricos, de maneira sistemática e objetiva, proporcionando a identificação de padrões e tendências em grupos específicos (Creswell, 2014). Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa é especialmente útil quando se busca mensurar atitudes, comportamentos e percepções, mediante aplicação de instrumentos estruturados, como questionários padronizados.

A pesquisa exploratória, por sua vez, visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e permitindo o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno estudado. Esse tipo de investigação é apropriado quando se busca identificar fatores, variáveis e relações que ainda não foram amplamente descritos ou consolidados na literatura, oferecendo base para estudos posteriores mais detalhados (Vergara, 2016).

Os dados primários, coletados diretamente junto aos contadores públicos, por meio de questionário estruturado, garantem que as informações reflitam a percepção atual dos profissionais sobre os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado. De acordo com Malhotra (2012), dados primários são aqueles obtidos especificamente para os propósitos da pesquisa em andamento, proporcionando

maior controle sobre a qualidade e a especificidade das informações coletadas, além de permitir o alinhamento preciso entre o instrumento de coleta e os objetivos do estudo.

A pesquisa com corte transversal envolveu a coleta de dados em um único ponto no tempo, possibilitando avaliar o cenário atual das práticas contábeis sem a necessidade de acompanhamento longitudinal. Esse delineamento é apropriado quando o objetivo é capturar uma "fotografia" do fenômeno investigado, permitindo identificar padrões e relações entre variáveis no contexto presente (Creswell, 2014).

3.2 CAMPO DE PESQUISA E AMOSTRA

O campo empírico da pesquisa corresponde ao setor público brasileiro, abrangendo os níveis federal, estadual e municipal, com participação de profissionais atuantes em secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos da administração pública direta e indireta. A população-alvo é composta por contadores do setor público das esferas municipal, estadual e federal.

A amostragem foi do tipo não probabilística, por conveniência, com a adoção da técnica "bola de neve", a fim de alcançar maior capilaridade e diversidade regional. Segundo Creswell (2014) e Vergara (2016), esse tipo de amostragem é recomendado em contextos nos quais não se conhece com precisão a totalidade da população ou quando há dificuldade de acesso direto aos participantes. A técnica "bola de neve" (*snowball sampling*) é particularmente útil em estudos que envolvem populações especializadas ou de difícil acesso, permitindo que os participantes iniciais indiquem novos respondentes com características semelhantes (Babbie, 2010; Malhotra, 2012).

Os primeiros respondentes foram convidados a participar por meio de redes de contato profissional e, posteriormente, indicaram outros contadores públicos com perfil semelhante. O critério adotado para a definição do tamanho da amostra seguiu as orientações de Hair et al. (2010), que recomendam entre 5 e 10 respondentes por variável observada, sendo estabelecido o mínimo de 150 participantes para garantir a robustez da análise fatorial exploratória.

Foram obtidas 182 respostas ao questionário. Dessas, 20 foram excluídas porque os respondentes informaram não atuar diretamente na área de contabilidade pública, não atendendo, portanto, ao perfil requerido para a pesquisa. Após a validação dos dados, permaneceram 162 questionários válidos, que compuseram a amostra final utilizada nas análises. Considerando que o instrumento de pesquisa contemplou 30 variáveis relacionadas aos determinantes na contabilização do ativo imobilizado, a amostra de 162 respondentes corresponde a uma proporção de 5,4 respondentes por variável, atendendo aos critérios mínimos estabelecidos por Hair et al. (2010) para a realização da análise fatorial exploratória.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado com base em revisão da literatura sobre os determinantes na adoção de práticas contábeis do setor público. As variáveis foram organizadas no Quadro 1, disposto na seção 2.3, abrangendo aspectos que se mostram relevantes para a contabilização do ativo imobilizado.

O instrumento foi construído com escala do tipo Likert de cinco pontos (1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente), que permite captar nuances nas percepções dos respondentes (Likert, 1932). Além das afirmativas sobre os

determinantes na contabilização do ativo imobilizado, o questionário incluiu uma seção destinada à coleta de dados sociodemográficos dos participantes, tais como idade, gênero, tempo de atuação no serviço público, escolaridade e região de atuação, permitindo traçar um perfil mais abrangente dos respondentes.

O questionário completo (Apêndice A) foi submetido a um pré-teste com seis contadores públicos, selecionados por conveniência entre profissionais com experiência na contabilidade do setor público, a fim de garantir sua clareza, coerência e aplicabilidade prática, conforme sugerem Marconi e Lakatos (2017). O pré-teste permitiu identificar possíveis ambiguidades nos enunciados, ajustar a linguagem e verificar o tempo médio de preenchimento, contribuindo para o aprimoramento do instrumento antes da aplicação definitiva.

A aplicação do questionário ocorreu entre 21 de junho e 07 de agosto de 2025, utilizando-se a plataforma digital *Google Forms*, com a distribuição do link de acesso aos contadores públicos por meio do aplicativo *WhatsApp* e envio aos órgãos públicos por *e-mail*. Essa flexibilidade na forma de distribuição possibilitou ampliar o alcance da amostra e respeitar as particularidades de acesso dos respondentes.

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE

Inicialmente, os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva, contemplando frequências, médias e desvios-padrão, conforme orientação de Malhotra (2012). Em seguida, foi realizada a análise fatorial exploratória, com a finalidade de identificar agrupamentos de variáveis latentes (ou fatores) que representassem as dimensões subjacentes aos fatores determinantes analisados. Essa técnica é indicada em estudos com construtos multidimensionais e quando se busca identificar estrutura subjacente de dados observados (Hair et al., 2010).

A análise fatorial exploratória seguiu os seguintes procedimentos: verificação da adequação da amostra, com base no índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) (valor mínimo de 0,6) e no Teste de Esfericidade de Bartlett ($p < 0,05$); extração dos fatores pelo método dos Componentes Principais, considerando a retenção daqueles que explicassem no mínimo 60% da variância total; rotação ortogonal do tipo *Varimax* para facilitar a interpretação dos resultados; análise das cargas fatoriais para agrupamento e interpretação dos fatores.

Além disso, foram analisadas as comunalidades das variáveis, com o objetivo de verificar a proporção da variância explicada por cada fator. Conforme orientação de Hair et al. (2010), considerou-se como critério de corte valores iguais ou superiores a 0,50, o que indica que a variável é adequadamente representada pela solução fatorial. Também foi realizada a verificação da confiabilidade interna de cada fator, com base no coeficiente Alfa de Cronbach. Neste estudo, os valores de Alfa foram superiores a 0,70, sendo estatisticamente adequados para pesquisas em ciências sociais aplicadas, conforme o critério de Hair et al. (2010).

A aplicação integrada desses procedimentos metodológicos permitiu não apenas identificar os principais fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público, mas também estruturar tais fatores em dimensões conceituais, com respaldo empírico, contribuindo com o avanço da literatura sobre contabilidade patrimonial no setor público e oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas institucionais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação de questionário estruturado aos contadores públicos. Inicialmente, descreve-se o perfil dos respondentes, seguido da análise descritiva das variáveis investigadas. Em seguida, realiza-se a análise fatorial exploratória, com base nos critérios propostos por Hair et al. (2010), a fim de identificar os fatores latentes que explicam os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público.

As análises foram processadas com o auxílio do *software STATA 18* e do *Microsoft Excel*. O *STATA 18* foi utilizado para os procedimentos estatísticos de análise fatorial exploratória, incluindo o cálculo do índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), o Teste de Esfericidade de Bartlett, a extração de fatores pelo método dos Componentes Principais, a rotação *Varimax* e a análise de confiabilidade (Alfa de Cronbach). O *Microsoft Excel* foi empregado para a organização inicial dos dados e para a elaboração das tabelas descritivas. A interpretação dos resultados foi fundamentada na Teoria Institucional, conforme apresentado no referencial teórico deste estudo.

Para facilitar a organização e a apresentação dos resultados, os enunciados completos dos indicadores utilizados na pesquisa foram sintetizados, de forma descritiva, em tabelas e quadros. Essa redução teve finalidade exclusivamente analítica, sem alteração no conteúdo conceitual dos itens originais. A correspondência entre os enunciados completos e suas versões resumidas pode ser consultada no Apêndice B - Sintetização dos Itens para Fins Analíticos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A Tabela 1, a seguir, apresenta a caracterização da amostra, composta por 162 respondentes válidos. No total, foram obtidas 182 respostas, das quais 20 foram desconsideradas, uma vez que os participantes informaram não atuar na área de contabilidade. Após a limpeza dos dados, permaneceram 162 questionários válidos, que compuseram a amostra final utilizada nas análises.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Característica	Definição	Quantidade	Porcentagem
Gênero	Feminino	71	43,8%
	Masculino	91	56,2%
Idade	21 a 30 anos	22	13,6%
	31 a 40 anos	55	34,0%
	41 a 50 anos	60	37,0%
	51 a 60 anos	20	12,3%
	Acima de 60 anos	5	3,1%
Escolaridade	Ensino Médio Completo	5	3,1%
	Ensino Superior Completo	37	22,8%
	Pós-Graduação (Especialização)	101	62,3%
	Mestrado	17	10,5%
	Doutorado	2	1,2%
Formação	Graduação em Ciências Contábeis	159	98,1%
	Técnico Contábil	3	1,9%
Vínculo Profissional	Consultor de Contabilidade	1	0,6%
	Empregado público (concursado)	7	4,3%
	Servidor público efetivo	124	76,5%
	Servidor temporário	30	18,5%
Tempo de Atuação	Menos de 1 ano	6	3,7%
	1 a 3 anos	18	11,1%
	4 a 6 anos	32	19,8%
	7 a 10 anos	39	24,1%
	Mais de 10 anos	67	41,4%
Área de Atuação	Estadual	116	71,6%
	Federal	19	11,7%
	Municipal	27	16,7%
Região	Norte	144	88,9%
	Demais	18	11,1%
Renda	Entre R\$ 1.500,00 e R\$ 5.000,00	21	13,0%
	Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00	51	31,5%
	Entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00	68	42,0%
	Acima de R\$ 20.000,00	22	13,6%
Total Geral		162	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2025).

Observa-se predominância do gênero masculino (56,2%), embora a participação feminina também tenha sido significativa (43,8%), indicando relativa representatividade entre os sexos. Em relação à faixa etária, a maioria se concentra entre 31 e 50 anos (71%), o que sugere um perfil profissional com maturidade e vivência.

Quanto à escolaridade, verifica-se elevado nível de qualificação, com 62,3% dos respondentes possuindo pós-graduação *lato sensu* e 10,5% com título de mestre. A formação em Ciências Contábeis é amplamente predominante (98,1%), o que confirma a aderência da amostra ao perfil técnico necessário para aplicação da NBC TSP 07.

No que se refere ao vínculo profissional, destaca-se a expressiva presença de servidores públicos efetivos (76,5%), reforçando a estabilidade no serviço público. Mais da metade da amostra (65,5%) possui tempo de atuação igual ou superior a sete anos, o que pode indicar maior familiaridade com as rotinas contábeis do setor público.

A maioria dos participantes atua na esfera estadual (71,6%) e na região Norte do país (88,9%), refletindo o contexto institucional e geográfico da pesquisa. Em contrapartida, a baixa participação da esfera municipal (16,7%) pode indicar a população com menor índice de implementação da NBC TSP 07.

Em relação à faixa de renda, (73,5%) possuem remuneração acima de R\$ 5.000,00, sendo (42%) entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, o que pode estar associado à qualificação técnica e ao tempo de atuação dos profissionais.

Esse perfil revela uma amostra composta por profissionais bem qualificados e inseridos em estruturas institucionais relevantes, o que confere robustez à análise dos

fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado realizada nas etapas seguintes do estudo.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados da estatística descritiva das variáveis investigadas, com base nas respostas dos 162 contadores públicos participantes. As variáveis foram medidas em escala Likert de cinco pontos, permitindo identificar o grau de concordância dos respondentes em relação aos determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público:

Tabela 2 - Estatística descritiva

Variável	Média	Desvio Padrão	Mín.	Md	Máx.
AF30 - Contabilização melhora transparência	4,503	0,742	1	5	5
AF25 - Reconhecimento adequado contribui para transparência	4,187	0,966	1	4	5
AF13 - Transparência	4,174	0,934	1	4	5
AF29 - Confiabilidade das demonstrações	4,084	0,973	1	4	5
AF24 - Qualidade da informação contábil	4,077	1,016	1	4	5
AF28 - Informações úteis para tomada de decisões	4,039	1,019	1	4	5
AF4 - Conformidade Normativa	3,987	1,057	1	4	5
AF9 - Pressão normativa de órgãos superiores	3,948	1,018	1	4	5
AF2 - Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07	3,942	0,975	1	4	5
AF26 - Fidedignidade das demonstrações	3,942	1,008	1	4	5
AF27 - Fortalecimento da eficiência da gestão patrimonial	3,942	1,021	1	4	5
AF20 - Busca por atualização em normas	3,916	1,057	1	4	5
AF15 - Práticas contábeis alinhadas às IPSAS	3,884	0,967	1	4	5
AF22 - Compromisso organizacional	3,884	1,013	1	4	5
AF6 - Relatórios baseados em normas atualizadas	3,871	1,103	1	4	5
AF14 - Domínio dos conceitos contábeis	3,871	0,998	1	4	5
AF12 - Adoção de boas práticas de outros entes	3,858	0,970	1	4	5
AF7 - Segurança na classificação dos ativos	3,839	1,060	1	4	5
AF1 - Conhecimento técnico da NBC TSP 07	3,832	1,056	1	4	5
AF11 - Regulamentação dos órgãos de controle	3,729	0,996	1	4	5
AF8 - Facilidade no uso do sistema contábil	3,671	1,135	1	4	5
AF23 - Cultura de valorização contábil e patrimonial	3,652	1,177	1	4	5
AF16 - Apoio da alta gestão	3,613	1,186	1	4	5
AF17 - Valorização organizacional	3,548	1,169	1	4	5
AF5 - Infraestrutura tecnológica	3,458	1,218	1	4	5
AF10 - Colaboração intersetorial	3,381	1,175	1	4	5
AF21 - Comunicação intersetorial	3,355	1,183	1	4	5
AF18 - Participação em discussões técnicas	3,090	1,311	1	3	5
AF19 - Resistência à mudança	2,955	1,291	1	3	5
AF3 - Capacitação técnica sobre NBC TSP 07	2,665	1,374	1	3	5

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Observa-se que a maioria das variáveis apresentou médias superiores a 3,5, indicando concordância geral quanto à existência de condições técnicas, normativas e organizacionais para aplicação da NBC TSP 07. As variáveis com maior média foram AF30 (4,503), AF25 (4,187), AF13 (4,174) e AF29 (4,084), relacionadas à percepção de que a norma contribui para transparência pública, reconhecimento adequado dos ativos, estímulo à sua adoção pela busca por transparência e melhoria da confiabilidade contábil. Esses resultados evidenciam uma visão positiva sobre os benefícios institucionais e gerenciais da norma.

Em contrapartida, a variável AF3, referente à capacitação específica para aplicação da NBC TSP 07, apresentou a menor média (2,665), sinalizando uma limitação importante no processo de formação profissional dos contadores públicos. Essa limitação é reforçada por médias mais baixas nas variáveis AF18 (3,090), que trata da participação em discussões técnicas, e AF19 (2,955), referente à resistência interna à mudança normativa. Tais resultados indicam que, embora exista valorização da norma, persistem entraves operacionais e culturais à sua efetiva implementação.

Adicionalmente, destaca-se que variáveis como AF26 (3,942) e AF28 (4,039), relacionadas à visão fidedigna dos ativos e à utilidade da informação para a tomada de decisões, apresentaram médias elevadas, o que reforça o entendimento de que a NBC TSP 07 contribui para a qualidade da informação patrimonial.

De modo geral, os dados descritivos indicam que os profissionais reconhecem a importância da norma e seus efeitos positivos, embora apontem a necessidade de maior capacitação técnica e envolvimento institucional para superar barreiras ainda existentes.

4.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

Com o objetivo de identificar os agrupamentos latentes entre os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público, realizou-se a análise fatorial exploratória, conforme recomendações de Hair et al. (2010). Essa técnica estatística permite reduzir o número de variáveis e organizar os dados em fatores que representem dimensões subjacentes, facilitando a interpretação e análise dos construtos envolvidos na pesquisa.

Inicialmente, avaliou-se a adequação da matriz de dados à aplicação da análise fatorial exploratória por meio do índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do Teste de Esfericidade de Bartlett. O valor obtido para o KMO foi de 0,937, considerado excelente, indicando que a amostra é suficientemente adequada para a realização da análise fatorial. Já o Teste de Bartlett apresentou qui-quadrado aproximado de 3.642,742, com significância estatística ($p < 0,001$), o que confirma a existência de correlações entre as variáveis, justificando a continuidade da análise.

Com base nesses indicadores, procedeu-se à extração dos fatores pelo método dos Componentes Principais, com rotação ortogonal do tipo *Varimax*. Como critério de retenção, foram adotados os fatores com autovalores superiores a 1,0 e que, em conjunto, explicassem uma variância total superior a 60%.

A princípio, foram extraídos cinco fatores, porém o quinto agrupamento era composto por apenas uma variável (AF19). Conforme orientação de Hair et al. (2010), fatores unidimensionais carecem de robustez analítica e não oferecem base adequada para interpretação teórica. Por essa razão, decidiu-se pela exclusão do quinto fator, mantendo-se apenas os quatro primeiros, que apresentaram consistência estatística e coerência teórica, conforme dispostos na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Teste de Bartlett e índice de KMO

Teste	Descrição	Estatísticas
Kaiser-Meyer-Olkin	Medida de Adequação da Amostra	0,937
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aproximado	3642,742
	GI	435,000
	P-Valor	0,000

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2025).

Após verificadas a adequação da amostra e a validade estatística para aplicação da análise fatorial exploratória, foram analisadas 30 variáveis relacionadas aos fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado do setor público. A extração inicial resultou em cinco fatores com autovalores superiores a 1,0.

Contudo, o quinto fator apresentou apenas uma variável com carga significativa, o que não é recomendado para fins interpretativos. Diante disso, procedeu-se à exclusão desse fator, permanecendo quatro fatores que apresentaram consistência estatística, comunalidades satisfatórias e coerência teórica.

A Tabela 4 a seguir, apresenta os resultados da matriz fatorial rotada, com as respectivas cargas fatoriais e comunalidades dos itens retidos após a aplicação da análise fatorial exploratória.

Tabela 4 - Matriz fatorial de componentes dos fatores

Fator	Variável	Carga Fatorial	Comunalidade
F1	AF21 - Comunicação intersetorial	0,779	0,735
	AF23 - Cultura de valorização contábil e patrimonial	0,751	0,706
	AF22 - Compromisso organizacional	0,719	0,756
	AF16 - Apoio da alta gestão	0,687	0,677
	AF17 - Valorização organizacional	0,681	0,659
	AF10 - Colaboração intersetorial	0,642	0,577
	AF12 - Adoção de boas práticas de outros entes	0,511	0,638
F2	AF14 - Domínio dos conceitos contábeis	0,818	0,761
	AF2 - Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07	0,780	0,674
	AF1 - Conhecimento técnico da NBC TSP 07	0,771	0,693
	AF7 - Segurança na classificação dos ativos	0,746	0,665
	AF20 - Busca por atualização em normas	0,730	0,558
	AF8 - Facilidade no uso do sistema contábil	0,659	0,598
	AF18 - Participação em discussões técnicas	0,639	0,623
	AF3 - Capacitação técnica sobre NBC TSP 07	0,592	0,483
F3	AF4 - Conformidade Normativa	0,825	0,774
	AF6 - Relatórios baseados em normas atualizadas	0,772	0,785
	AF5 - Infraestrutura tecnológica	0,739	0,663

	AF9 - Pressão normativa de órgãos superiores	0,670	0,785
	AF15 - Práticas contábeis alinhadas às IPSAS	0,543	0,677
	AF30 - Contabilização melhora transparência	0,719	0,655
	AF29 - Confiabilidade das demonstrações	0,693	0,815
	AF25 - Reconhecimento adequado contribui para transparência	0,681	0,756
F4	AF27 - Fortalecimento da eficiência da gestão patrimonial	0,659	0,777
	AF28 - Informações úteis para tomada de decisões	0,659	0,716
	AF26 - Fidedignidade das demonstrações	0,602	0,787
	AF24 - Qualidade da informação contábil	0,577	0,755

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2025).

Conforme Hair et al. (2010), cargas fatoriais acima de 0,50 são consideradas minimamente aceitáveis, sendo que cargas superiores a 0,70 indicam forte correlação entre o item e o fator ao qual pertence. No presente estudo, todas as variáveis apresentaram cargas fatoriais dentro dos critérios de retenção, variando de 0,511 a 0,825, o que demonstra que os itens possuem representatividade satisfatória em seus respectivos fatores.

Além das cargas fatoriais, a análise também considerou as comunalidades, que indicam a proporção da variância de cada variável explicada pelos fatores extraídos. De acordo com Hair et al. (2010), valores iguais ou superiores a 0,50 são considerados adequados, pois demonstram que a variável é bem representada pelo conjunto de fatores retidos. No presente estudo, as comunalidades apresentaram valores satisfatórios, indicando que todas as variáveis foram bem explicadas pelos fatores extraídos e que a solução fatorial obtida apresenta consistência e robustez estatística.

A nomeação dos fatores seguiu critérios metodológicos estabelecidos por Hair et al. (2010), que recomendam considerar: (1) as variáveis com maiores cargas fatoriais em cada agrupamento, pois representam os elementos mais fortemente associados ao fator; (2) o conteúdo conceitual comum entre as variáveis agrupadas, identificando o constructo subjacente que as une; e (3) a coerência teórica com o referencial apresentado, especialmente à luz da Teoria Institucional.

Dessa forma, a nomeação dos fatores partiu de uma análise interpretativa que combinou critérios estatísticos (cargas fatoriais) e critérios teóricos (conteúdo semântico das variáveis). A seguir, apresenta-se o processo decisório para cada fator:

Fator 1: Cultura Organizacional. As variáveis com maiores cargas fatoriais — Comunicação intersetorial (AF21; 0,779), Cultura de valorização contábil e patrimonial (AF23; 0,751) e Compromisso organizacional (AF22; 0,719) — evidenciam aspectos relacionados ao ambiente institucional, como comunicação, valorização da contabilidade, compromisso e apoio da alta gestão. Esses elementos são centrais no conceito de cultura organizacional, definida como o conjunto de valores, crenças e práticas compartilhadas que orientam o comportamento dos membros de uma organização (Schein, 1990). Na perspectiva da Teoria Institucional, a cultura organizacional representa o isomorfismo normativo (DiMaggio & Powell, 1983), no qual práticas são adotadas para obter legitimidade institucional.

Fator 2: Competência Técnica. As variáveis com maiores cargas — Domínio dos conceitos contábeis (AF14; 0,818), Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07 (AF2; 0,780) e Conhecimento técnico da NBC TSP 07 (AF1; 0,771) — se concentram no conhecimento técnico, capacitação profissional e domínio conceitual necessários para aplicar a NBC TSP 07. Segundo Jackling e De Lange (2009) e Diez-Busto et al. (2023), a competência técnica é fundamental para o desempenho profissional na contabilidade. O fator reflete o isomorfismo normativo, no qual padrões profissionais são disseminados por meio de formação e capacitação (DiMaggio & Powell, 1983).

Fator 3: Conformidade Normativa. As variáveis com maiores cargas — Conformidade Normativa (AF4; 0,825), Relatórios baseados em normas atualizadas (AF6; 0,772) e Infraestrutura tecnológica (AF5; 0,739) — se relacionam à aderência às normas, infraestrutura tecnológica e pressões regulatórias de órgãos superiores. A

conformidade normativa representa o isomorfismo coercitivo descrito por DiMaggio e Powell (1983), no qual organizações adotam práticas em resposta a exigências legais e regulatórias. Autores como Mata (2022), Piccini et al. (2022) e Brandão et al. (2023) destacam a importância da conformidade normativa para a implementação efetiva das IPSAS no setor público brasileiro.

Fator 4: Transparência Contábil. As variáveis com maiores cargas — Contabilização melhora transparência (AF30; 0,719), Confiabilidade das demonstrações (AF29; 0,693) e Reconhecimento adequado contribui para transparência (AF25; 0,681) — evidenciam os resultados percebidos da aplicação da NBC TSP 07, como transparência, confiabilidade e qualidade da informação contábil. Esses elementos estão alinhados aos objetivos das IPSAS de promover *accountability* e transparência na gestão pública (Schmidhuber et al., 2022; Silva et al., 2021). O fator reflete o isomorfismo mimético, no qual organizações buscam legitimidade ao adotar práticas reconhecidas como bem-sucedidas (DiMaggio & Powell, 1983).

A denominação final dos fatores resultou da integração entre análise das cargas fatoriais (critério estatístico), interpretação do conteúdo semântico das variáveis (critério conceitual) e alinhamento com a Teoria Institucional e literatura prévia (critério teórico). Esse procedimento assegura que os nomes atribuídos não são arbitrários, mas derivam de uma análise metodologicamente fundamentada e teoricamente coerente, conforme recomendado por Hair et al. (2010) e aplicado em estudos similares na área de contabilidade pública.

Os quatro fatores extraídos foram sistematizados no Quadro 2, que apresenta as dimensões subjacentes relacionadas à contabilização do ativo imobilizado no setor público:

Quadro 2 - Fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos

Fatores	Variável
Cultura Organizacional (F1)	AF21 - Comunicação intersetorial
	AF23 - Cultura de valorização contábil e patrimonial
	AF22 - Compromisso organizacional
	AF16 - Apoio da alta gestão
	AF17 - Valorização organizacional
	AF10 - Colaboração intersetorial
	AF12 - Adoção de boas práticas de outros entes
Competência Técnica (F2)	AF14 - Domínio dos conceitos contábeis
	AF2 - Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07
	AF1 - Conhecimento técnico da NBC TSP 07
	AF7 - Segurança na classificação dos ativos
	AF20 - Busca por atualização em normas
	AF8 - Facilidade no uso do sistema contábil
	AF18 - Participação em discussões técnicas
Conformidade Normativa (F3)	AF3 - Capacitação técnica sobre NBC TSP 07
	AF4 - Conformidade Normativa
	AF6 - Relatórios baseados em normas atualizadas
	AF5 - Infraestrutura tecnológica
	AF9 - Pressão normativa de órgãos superiores
Transparência Contábil (F4)	AF15 - Práticas contábeis alinhadas às IPSAS
	AF30 - Contabilização melhora transparência
	AF29 - Confiabilidade das demonstrações
	AF25 - Reconhecimento adequado contribui para transparência
	AF27 - Fortalecimento da eficiência da gestão patrimonial
	AF28 - Informações úteis para tomada de decisões
	AF26 - Fidedignidade das demonstrações
	AF24 - Qualidade da informação contábil

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2025).

Após a definição e nomeação dos fatores, a Tabela 5 a seguir, apresenta os respectivos percentuais de variância explicada por cada fator, a variância acumulada e os valores do Alfa de Cronbach, que indicam o grau de confiabilidade interna das dimensões extraídas.

Observa-se que, em conjunto, os quatro fatores retidos explicaram 64,69% da variância total, valor considerado satisfatório para pesquisas na área das ciências sociais aplicadas, conforme os critérios estabelecidos por Hair et al. (2010), que recomendam um mínimo de 60% para validar a estrutura fatorial proposta.

Tabela 5 - Total da variância explicada

Fator	Somadas da Extração de Cargas ao Quadrado			Alfa de Cronbach
	Total	% Variância	% Variância Acumulada	

Cultura Organizacional (F1)	5,549	18,500%	18,500%	0,91
Competência Técnica (F2)	5,056	16,850%	35,350%	0,89
Conformidade Normativa (F3)	4,492	14,970%	50,320%	0,93
Transparência Contábil (F4)	4,310	14,370%	64,690%	0,90

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2025).

O fator Cultura Organizacional contribuiu com 18,50% da variância, seguido de Competência Técnica (16,85%), Conformidade Normativa (14,97%) e Transparência Contábil (14,37%). A distribuição da variância entre os fatores foi equilibrada, indicando que todos contribuíram de maneira relevante para a explicação do fenômeno investigado, ou seja, os determinantes relacionados à contabilização do ativo imobilizado no setor público pelos contadores públicos.

Quanto à confiabilidade dos fatores, os valores do Alfa de Cronbach variaram entre 0,89 e 0,93, indicando elevada consistência interna dos agrupamentos. De acordo com Hair et al. (2010), valores acima de 0,80 são considerados muito bons, o que reforça a adequação das variáveis retidas e a estabilidade dos construtos formados. Dessa forma, a solução fatorial obtida apresenta robustez estatística e validade interna, permitindo interpretar os fatores extraídos como dimensões relevantes para a compreensão dos determinantes relacionados à contabilização do ativo imobilizado no setor público.

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise fatorial exploratória permitiu identificar quatro fatores que sintetizam os determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público, interpretados à luz da Teoria Institucional. O isomorfismo institucional explica como organizações tendem a se assemelhar na busca por legitimidade, podendo ocorrer de três formas:

coercitiva, quando decorre de pressões legais ou regulatórias impostas por órgãos superiores; normativa, quando deriva da padronização profissional e das práticas legitimadas pela classe contábil; e mimética, quando organizações reproduzem modelos considerados bem-sucedidos para reduzir incertezas (DiMaggio & Powell, 1983; Matias-Pereira, 2021; Borges & Borges, 2021).

Os resultados desta pesquisa demonstram que a efetividade da NBC TSP 07 não se limita a aspectos técnicos, mas reflete um processo isomórfico em que fatores institucionais, culturais e operacionais interagem na adoção das práticas contábeis.

O primeiro fator (F1), Cultura Organizacional, reflete predominantemente o isomorfismo normativo, uma vez que a valorização da contabilidade patrimonial, o apoio da alta gestão e a comunicação intersetorial promovem a padronização de condutas e a legitimação profissional das práticas contábeis. Esse movimento evidencia como a conformidade às expectativas da profissão e das instituições contábeis consolida a aplicação da NBC TSP 07. Assim, ambientes organizacionais que estimulam aprendizado, cooperação e valorização da contabilidade favorecem a internalização da norma e reforçam sua legitimidade institucional (Abdulkarim et al., 2020; Abdulkarim et al., 2023; Borges & Borges, 2021; Sonjaya et al., 2025).

O segundo fator (F2), Competência Técnica, associa-se ao isomorfismo normativo, pois expressa a influência da formação profissional e da padronização das práticas contábeis. A capacitação técnica e o domínio conceitual reforçam a legitimidade do profissional contábil e favorecem a conformidade com a NBC TSP 07, indicando que a convergência depende da consolidação de valores e padrões compartilhados pela categoria. Os dados revelaram fragilidade crítica na capacitação específica, consistente com estudos anteriores que apontam limitações de formação e treinamento como entraves recorrentes à implementação das normas patrimoniais

no setor público (Andrade & Suzart, 2019; Diez-Busto et al., 2023), reforçando a necessidade de investimento contínuo em qualificação e aprendizagem organizacional.

O terceiro fator (F3), Conformidade Normativa, manifesta o isomorfismo coercitivo, pois decorre de pressões legais e regulatórias exercidas por órgãos de controle, como o CFC e a STN, que impõem diretrizes para padronização das práticas contábeis no setor público. A existência de normas e sistemas padronizados representa resposta institucional a essas pressões coercitivas, mas sua efetividade depende da combinação entre suporte técnico e comprometimento organizacional (Azevedo et al., 2020; Matias-Pereira, 2021). Dessa maneira, a conformidade normativa reflete a busca das entidades públicas por legitimidade perante o ambiente regulatório.

O quarto fator (F4), Transparência Contábil, se relaciona principalmente ao isomorfismo mimético, pois demonstra como os entes públicos tendem a reproduzir práticas reconhecidas como legítimas por outras instituições que já alcançaram maior nível de transparência e governança. Ao adotar procedimentos convergentes à NBC TSP 07 e às IPSAS, os órgãos buscam reduzir incertezas e fortalecer sua credibilidade social, seguindo modelos considerados bem-sucedidos (Brandão et al., 2023; Schmidhuber et al., 2022).

Os contadores reconhecem impactos positivos da norma sobre a transparência, indicando que, quando implementada em ambiente organizacional favorável, a norma contribui efetivamente para o fortalecimento da governança e do controle social (Silva et al., 2021; Mata, 2022). Assim, a transparência contábil emerge como resultado de um processo de aprendizado institucional e de imitação de boas práticas.

Em síntese, os quatro fatores identificados evidenciam que a adoção da NBC TSP 07 é resultado de um processo de isomorfismo institucional integrado, em que mecanismos coercitivos, normativos e miméticos se combinam na busca por legitimidade e eficiência. A efetividade da norma depende da interação entre exigências regulatórias, padrões profissionais e aprendizado organizacional (Abdulkarim, 2023; Borges & Borges, 2021; DiMaggio & Powell, 1983; Matias-Pereira, 2021; Schmidhuber et al., 2022).

Assim, a contabilidade pública se fortalece quando o ambiente institucional estimula a cultura de conformidade, a competência técnica e a transparência, configurando um ecossistema organizacional capaz de sustentar a convergência às IPSAS e aprimorar a governança pública. Esse resultado amplia a compreensão do fenômeno e fornece subsídios para gestores públicos e órgãos de controle que buscam fortalecer a qualidade da informação contábil e a transparência no setor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar os fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado pelos contadores públicos alinhados à convergência para as IPSAS, tendo como referência a implementação da NBC TSP 07. Diante dos desafios ainda existentes para a efetivação dessa norma, buscou-se compreender de que forma aspectos institucionais, técnicos, culturais e operacionais se articulam no cotidiano da contabilidade pública brasileira.

A pesquisa, de abordagem quantitativa e caráter exploratório, utilizou um questionário aplicado a 182 respondentes, dos quais 162 foram considerados válidos após o processo de limpeza dos dados. A análise fatorial exploratória resultou em quatro fatores — Cultura Organizacional, Competência Técnica, Conformidade Normativa e Transparência Contábil — que representam de forma integrada os determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público. A solução fatorial apresentou robustez estatística, com índice KMO de 0,937 (considerado excelente), variância explicada de 64,69% e confiabilidade elevada (Alfa de Cronbach entre 0,89 e 0,93).

Os resultados evidenciaram que a adoção da NBC TSP 07 reflete um processo isomórfico integrado, no qual mecanismos coercitivos (Conformidade Normativa), normativos (Cultura Organizacional e Competência Técnica) e miméticos (Transparência Contábil) interagem na busca por legitimidade institucional. A fragilidade na capacitação específica contrasta com o reconhecimento dos benefícios da norma para a transparência, indicando que, embora os contadores valorizem os resultados da convergência, persistem lacunas operacionais que comprometem sua efetiva institucionalização. Esses achados são consistentes com a literatura, que destaca a relevância de fatores culturais, capacitação profissional e infraestrutura

adequada para a efetiva convergência às IPSAS (Abdulkarim et al., 2020; Andrade & Suzart, 2019; Azevedo et al., 2020; Brandão et al., 2023; Schmidhuber et al., 2022).

Esta pesquisa contribui para a literatura ao identificar empiricamente fatores determinantes na contabilização do ativo imobilizado no setor público. Esses resultados ampliam a compreensão sobre os elementos que condicionam a aplicação da NBC TSP 07, ao articular dimensões organizacionais, técnicas e informacionais.

O estudo preenche uma lacuna da literatura nacional ao reunir esses fatores em uma estrutura integrada, ainda pouco explorada em pesquisas. À luz da Teoria Institucional, oferece uma base conceitual para discussão sobre os mecanismos isomórficos na adoção das práticas contábeis. Assim, a pesquisa contribui para futuras investigações voltadas à qualidade da informação gerada e aos desafios da convergência às normas internacionais.

Do ponto de vista prático, o estudo tem relevância para o setor público, diante dos desafios da aplicação da NBC TSP 07, e oferece subsídios para gestores, órgãos de controle e contadores públicos ao indicar os fatores que requerem maior atenção. Os resultados podem orientar ações de capacitação profissional, investimento em infraestrutura tecnológica e fortalecimento de políticas de gestão patrimonial, contribuindo para a melhoria da contabilização do ativo imobilizado e da gestão eficiente do patrimônio público.

A contribuição social desta pesquisa reside no fortalecimento da transparência e da *accountability* na gestão pública. Ao evidenciar os fatores que representam a contabilização do ativo imobilizado no setor público, o estudo favorece o aprimoramento da qualidade da informação contábil, elemento essencial para o controle social e para a tomada de decisões fundamentadas, fortalecendo a governança pública.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se: a amostra reduzida de profissionais da esfera municipal, como uma limitação observacional, que pode apresentar outros fatores, dado que esse ente foi o último a implementar a NBC TSP 07, conforme a Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP); a concentração regional na região Norte, limitando a generalização dos resultados para outras regiões do país; o método de amostragem não probabilística por bola de neve, que pode introduzir viés de seleção; e o corte transversal, por não captar a evolução das práticas patrimoniais.

Recomenda-se que pesquisas futuras: ampliem a análise para a esfera municipal, explorando os desafios desse ente federativo; realizem estudos qualitativos, com entrevistas, para compreender em profundidade as barreiras culturais e operacionais à implementação da NBC TSP 07 e; adotem delineamento longitudinal para avaliar a evolução da institucionalização das práticas patrimoniais.

Sugere-se a aplicação de análise fatorial confirmatória para validar a estrutura dos quatro fatores identificados neste estudo em diferentes contextos e amostras; investigação de variáveis moderadoras, como tamanho do ente público, capacidade fiscal e maturidade dos sistemas de controle patrimonial; e exploração outros determinantes, com as particularidades do federalismo brasileiro.

Conclui-se que a contabilização do ativo imobilizado no setor público é um fenômeno multifatorial, condicionado por aspectos técnicos, institucionais, operacionais e culturais. A efetividade da NBC TSP 07 depende de um ecossistema organizacional comprometido com a qualidade da informação, a transparência e a gestão eficiente do patrimônio público. Essa compreensão reforça a importância da consolidação de políticas públicas voltadas à convergência para as IPSAS no Brasil, transcendendo a mera formalização normativa.

REFERÊNCIAS

- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I., & Al-Saudi, L. F. (2020). Exploring the role of innovation in the level of readiness to adopt IPSAS. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 16(3), 469-495. <https://doi.org/10.1108/JAOC-12-2019-0119>
- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I., & Al-Saudi, L.F. (2023). Culture, language, and accounting reform: a new perspective on IPSAS implementation. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 376-400. <https://doi.org/10.1108/JAOC-01-2022-0006>
- Ahadiat, N., & Martin, R. M. (2016). Necessary attributes, preparations, and skills for the selection and promotion of accounting professionals. *Journal of Accounting and Finance*, 16(1), 11-25. <https://articlegateway.com/index.php/JAF/article/view/994>
- Alsharari, N. M. (2018). Multilevel institutional analysis of accounting change in public management. *International Journal of Organizational Analysis*, 26(1), 91-106. <https://doi.org/10.1108/IJOA-05-2017-1161>
- Andrade, M. E. M. C., & Suzart, J. A. da. S. (2019). Contabilidade aplicada ao setor público: um estudo sobre o reconhecimento da depreciação na contabilidade dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2) 126-141. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i2.5293>
- Araújo, M. V., Carvalho, K. M. de., & Silva, R. S. (2022). Fatores dificultadores e facilitadores para reavaliação dos bens móveis na administração pública. *Research, Society and Development*, 11(3), e32911326690. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26690>
- Azevedo, R. R. de., Aquino, A. C. B. de., Neves, F. R., & Silva, C. M. da. (2020). Deadlines and software: disentangling local government accounting reforms in Brazil. *Public Money & Management*, 40(7), 509-518. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1766203>
- Babbie, E. (2010). *The Practice of Social Research* (12. ed.). Wadsworth Cengage Learning.
- Borges, F. Q., & Borges, F. Q. (2021). Teoria Institucional: uma contribuição para a gestão pública do desenvolvimento. *Ciências Humanas*, 14(1). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a759>
- Brandão, E. C., Nascimento, R. S. do., França E. da. S., & Viotto, R. (2023). Evidenciação de ativos imobilizados por parte dos governos subnacionais brasileiros. *Ambiente Contábil*, 15(1), 221-238. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2023v15n1ID28485>

- Creel, T., Binkley, M., & Galbreath, S. (2023). The Growing Importance of Teaching Soft Skills in Accounting Classes. *Journal of Accounting and Finance*, 23(3). <https://doi.org/10.33423/jaf.v23i3.6277>
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4. ed.). Sage Publications.
- Diez-Busto, E., Palazuelos, E., San-Martin, P., & del Corte, J. M. (2023). Developing accounting students' professional competencies and satisfaction through learning experiences: Validation of a self-administered questionnaire. *The International Journal of Management Education*, 21(3), 100859. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2023.100859>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160. <https://www.jstor.org/stable/i336536>
- Fernandes, E. C., & Monteiro, D. A. A. (2019). Análise do controle patrimonial de bens permanentes em uma organização pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(4). <https://doi.org/10.21118/apgs.v4i11.7224>
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7. ed.). Atlas.
- Gomes, P., Brusca, I., & Fernandes, M. J. (2019). Implementing the International Public Sector Accounting Standards for consolidated financial statements: facilitators, benefits and challenges. *Public Money & Management*, 39(8), 544-552. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1654318>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis* (7. ed.). Pearson Prentice Hall.
- International Federation of Accountants. (2025). *International Education Standards 2, 3 and 4 Pronouncements*. <https://www.ifac.org/publications/international-education-standards-2-3-and-4-revised>
- Jackling, B., & De Lange, P. (2009). Do accounting graduates' skills meet the expectations of employers? A matter of convergence or divergence. *Accounting education*, 18(4–5), 369–385. <https://doi.org/10.1080/09639280902719341>
- Lyshchenko, O. G., & Kuripka, T. E. (2020). Accounting of fixed assets: international experience and national practice. *Financial Strategies of Innovative Economic Development*, 2(46), 31-34. <https://doi.org/10.26661/2414-0287-2020-2-46-05>
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22, 140,55.
- Malhotra, N. K. (2012). *Marketing research: An applied orientation* (6th ed.). Pearson.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8. ed.). Atlas.

- Marques, L. R., Bezerra Filho, J. E., & Caldas, O. V. (2020). Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e161973-e161973. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.161973>
- Martins, A. D., & Peixe, B. C. S. (2020). Percepção dos procedimentos de mensuração do ativo imobilizado nas instituições públicas de ensino superior. *Contabilidade, Auditoria, Finanças & Informação*, 4(1), 74-93. <https://doi.org/10.23925/cafi.v4i1.60655>
- Masoud, N. (2025). Global insights on public sector accounting reforms: a comprehensive study on the adoption, implementation, and impact of IFRS and IPSAS. *Accounting Research Journal*, 38(1), 80-105. <https://doi.org/10.1108/ARJ-06-2024-0228>
- Mata, R. S. da. (2022). Índice de disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público: uma análise dos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, 1-17. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202233271>
- Matias-Pereira, J. (2021). Teoria institucional aplicada à contabilidade: Evolução e perspectivas. *Brazilian Journal of Development*, 7(10), 96651-96699. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-127>
- Mbelwa, L. H., Adhikari, P., & Shahadat, K. (2019). Investigation of the institutional and decision-usefulness factors in the implementation of accrual accounting reforms in the public sector of Tanzania. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 9(3), 335-365. <https://doi.org/10.1108/JAEE-01-2018-0005>
- Oliveira, M. A. de., Motta, W. F., Pires, J. S. D. B., & Ribeiro, R. R. M. (2019). Motivações para a adoção ou não da depreciação para bens do ativo imobilizado na gestão pública. *Brazilian Journal of Development*, 5(11), 27834-27850. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n11-377>
- Paula, W. M. de., & Bezerra Filho, J. E. (2024). Dificuldades na profissão do contador público: um mapeamento sistemático no ambiente brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 16(1). <https://www.redalyc.org/journal/3515/351576210009/html/>
- Piccini, A. J., Bezerra Filho, J. E., & Marques, L. R. (2022). Disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais: estágio de adesão dos municípios brasileiros. *Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 26(1). <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v26n1-12576>
- Polzer, T., Adhikari, P., Nguyen, C. P., & Gårseth-Nesbakk, L. (2021). Adoption of the International Public Sector Accounting Standards in emerging economies and low-income countries: A structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 35(3), 309–332. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-01-2021-0016>

- Robalo, R. M. da. C., & Matos, A. R. R. de. (2024). Influências de atores institucionais na adoção de normas contábeis para o setor público em Portugal. *Contabilidade & Finanças*, 35(94), e1778. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231778.pt>
- Rossi, F. M., Cohen, S., Caperchione, E., & Brusca, I. (2016). Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box. *Public Money & Management*, 36(3), 189-196. <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2016.1133976>
- Sasso, M., & Varela, P. S. (2023). Fatores preditivos que moldam a resposta estratégica de governos estaduais brasileiros às IPSAS. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 24(44), 161-197. <https://doi.org/10.48075/csar.v24i44.30135>
- Scapens, R. W. (2006). Understanding management accounting practices: A personal journey. *The British Accounting Review*, 38(1), 1-30. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2005.10.002>
- Schmidthuber, L., Hilgers, D., & Hofmann, S. (2022). International Public Sector Accounting Standards (IPSAS): a systematic literature review and future research agenda. *Financial Accountability & Management*, 38(1), 119-142. <https://doi.org/10.1111/faam.12265>
- Sellami, Y. M., & Gafsi, Y. (2017). Institutional and Economic Factors Affecting the Adoption of International Public Sector Accounting Standards. *International Journal of Public Administration*, 42(2), 119-131. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1405444>
- Silifusti, I., & Siswanto, A. (2025). The impact of fixed asset accounting on enhancing operational efficiency and business performance. *Journal of Commerce, Management, and Tourism Studies*, 4(1), 46-57. <https://www.researchgate.net/publication/390663138>
- Silva, J. D., Costa, W. P. L. B. da., Costa, S. V. S. da., & Kronbauer, C. A. (2021). Efeitos da depreciação em ativos imobilizados que afetam a qualidade da informação contábil do setor público. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 12(2), 79-94. <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/750/0>
- Silva, M. A. C., Silva Junior, A. C. da., Ferreira, M. A. M., & Brunozi Júnior, A. C. (2022). Fatores condicionantes da adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público-IPSAS. *Contabilidade Gestão e Governança*, 25(1), 103-122. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2022v25n1a6
- Sonjaya, Y., Prasetyaningrum, S., Auliyah, I., & Labo, I. A. (2025). Implementation of public sector accounting systems and standards in improving financial transparency. *Advances in Applied Accounting Research*, 3(1), 1-13. <https://doi.org/10.60079/aaar.v3i1.420>

Vergara, S. C. (2016). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (16. ed.). Atlas.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Pesquisa sobre Fatores Determinantes na Contabilização do Ativo Imobilizado do Setor Público Alinhados à Convergência para as IPSAS

Estou realizando uma pesquisa científica vinculada ao mestrado em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, sobre os Fatores Determinantes na Contabilização do Ativo Imobilizado do Setor Público. A pesquisa considera o processo de adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP). A NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado foi elaborada de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público, IPSA 17.

Sua participação é essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa. As respostas fornecidas contribuirão para a compreensão dos fatores que influenciam a prática contábil do ativo imobilizado no setor público.

O questionário é simples e não existem respostas certas ou erradas; o que importa é a sua opinião. Não será necessário se identificar e todas as respostas serão tratadas com sigilo e confidencialidade.

Agradeço a sua colaboração!

Mestranda: Sirlei de Fátima da Cruz

BLOCO 1 – FATORES DETERMINANTES NA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO DO SETOR PÚBLICO ALINHADOS À CONVERGÊNCIA PARA AS IPSAS

Esse questionário busca capturar a opinião dos contadores da administração Pública, caso você não faça parte desse público-alvo, não será necessário responder a pesquisa.

Você é um contador da administração pública? () **Sim** () **Não**

Pense no processo de contabilização do Ativo Imobilizado do Setor Público, conforme a NBC TSP 07 que estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados e indique o grau de concordância relativa às seguintes afirmações, assinalando a opção escolhida:

- 1 - Discordo totalmente
2 - Mais discordo do que concordo
3 - Indiferente
4 - Mais concordo do que discordo
5 - Concordo totalmente

GRAU DE CONCORDÂNCIA COM AS AFIRMAÇÕES

[illegible]

18	Eu participo de discussões técnicas com outras áreas para a correta aplicação da norma de contabilização do ativo imobilizado NBC TSP 07.					
19	Na entidade em que atuo há resistência interna à mudança nos processos contábeis normatizados pela NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.					
20	Eu busco atualização em normas e procedimento aplicados ao ativo imobilizado do setor público.					
21	Na entidade em que atuo existe comunicação entre os setores que facilita o cumprimento dos requisitos da NBC TSP 07 para a contabilização do ativo imobilizado.					
22	Na entidade em que atuo, as decisões da organização em relação a contabilização do ativo imobilizado refletem compromisso com a conformidade contábil.					
23	Na entidade em que atuo, a cultura organizacional valoriza a contabilização do ativo imobilizado e a integridade do patrimônio público.					
24	Na entidade em que atuo, a aplicação da NBC TSP 07 – ativo imobilizado melhora a qualidade das informações contábeis nas demonstrações financeiras.					
25	Na entidade em que atuo, o reconhecimento adequado dos ativos imobilizados contribui para a transparência e prestação de contas à sociedade.					
26	Na entidade em que atuo, a aplicação da NBC TSP 07 proporciona uma visão fidedigna do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras.					
27	Na entidade em que atuo, a adoção da NBC TSP 07 - ativo imobilizado fortaleceu a eficiência da gestão patrimonial.					
28	As informações sobre ativos imobilizados são úteis para apoiar a tomada de decisões na instituição em que atuo.					
29	A adoção da NBC TSP 07 – ativo imobilizado aumentou a confiabilidade nas demonstrações contábeis na instituição em que atuo.					
30	A contabilização adequada dos ativos imobilizados melhora a transparência na gestão pública perante a sociedade.					
31	Sexo: () Masculino; () Feminino; () Prefiro não declarar					
32	Faixa Etária: () Até 20 anos; () 21 a 30 anos; () 31 a 40 anos; () 41 a 50 anos; () 51 a 60 anos; e () Acima de 60 anos					
33	Nível de Escolaridade: () Ensino Médio Completo; () Ensino Superior Completo; () Pós-graduação (Especialização); () Mestrado; () Doutorado; e () outro (Especificar) _____					
34	Formação Acadêmica: () Graduação em Ciências Contábeis; () Curso Técnico em Contabilidade e () Outro (especificar): _____					
35	Tipo de Vínculo Profissional com a Instituição: () Servidor público efetivo; () Empregado público (concursado); () Servidor temporário (cargo em comissão ou função de confiança); () Estagiário; e () Outro (especificar): _____					
36	Tempo de Atuação na Contabilidade Pública: () Menos de 1 ano; () 1 a 3 anos; () 4 a 6 anos; () 7 a 10 anos e () Mais de 10 anos					
37	Área de Atuação no Setor Público: () Municipal; () Estadual; () Federal.					
38	Localização Geográfica (Região): () Norte; () Nordeste; () Centro-Oeste; () Sudeste; e () Sul.					
39	Faixa de Renda Mensal: () Até R\$ 1.500,00; () Entre R\$ 1.500,00 e R\$ 5.000,00; () Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00; () Entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00; () Acima de R\$ 20.000,00					

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

APÊNDICE B – SINTETIZAÇÃO DOS ITENS PARA FINS ANALÍTICOS

ID	Descrição	Descrição Reduzida
AF1	Eu possuo conhecimento técnico suficiente para aplicar corretamente a NBC TSP 07 sobre ativo imobilizado.	Conhecimento técnico da NBC TSP 07
AF2	Eu conheço os critérios de reconhecimento, mensuração e depreciação para o ativo imobilizado previstos na NBC TSP 07.	Conhecimento dos critérios da NBC TSP 07
AF3	Eu recebi capacitação específica para aplicação da NBC TSP 07 na contabilização do ativo imobilizado.	Capacitação técnica sobre NBC TSP 07
AF4	Na entidade em que atuo, os relatórios contábeis são elaborados de acordo com as normas vigentes para ativos imobilizados.	Conformidade normativa
AF5	Os sistemas informatizados da instituição permitem o controle e registro do ativo imobilizado conforme as exigências da NBC TSP 07.	Infraestrutura tecnológica
AF6	Na entidade em que atuo, os relatórios de informação dos bens para o registro contábil são elaborados com base em normas e manuais técnicos atualizados sobre a contabilização do ativo imobilizado.	Relatórios baseados em normas atualizadas
AF7	Eu tenho segurança para diferenciar e classificar corretamente os ativos imobilizados conforme as normas.	Segurança na classificação dos ativos
AF8	Eu tenho facilidade para utilizar o sistema contábil da instituição para registrar ativos imobilizados.	Facilidade no uso do sistema contábil
AF9	Na entidade em que atuo, a contabilização do ativo imobilizado é feita com base na NBC TSP 07 e atende as orientações dos órgãos superiores como CFC e IFAC.	Pressão normativa de órgãos superiores
AF10	Outras áreas da instituição colaboram na implementação da NBC TSP 07 para contabilização do ativo imobilizado, conforme orientação de órgãos de controle.	Colaboração intersetorial
AF11	A regulamentação normativa dos órgãos de controle interno e externo favorece a aplicação prática da NBC TSP 07 sobre contabilização do ativo imobilizado no setor público.	Regulamentação dos órgãos de controle
AF12	A instituição adota boas práticas observadas em outros entes públicos em relação à contabilização do ativo imobilizado.	Adoção de boas práticas de outros entes
AF13	A busca por maior transparência no setor público estimulou a implementação da NBC TSP 07 na contabilização do ativo imobilizado.	Transparência
AF14	Eu tenho domínio dos conceitos contábeis do setor público conforme os padrões definidos para contabilização do ativo imobilizado.	Domínio dos conceitos contábeis
AF15	Na entidade em que atuo, as práticas de contabilização do ativo imobilizado estão alinhadas às normas internacionais de Contabilidade (IPSAS).	Práticas contábeis alinhadas às IPSAS
AF16	A alta gestão apoia o aprendizado contínuo para implementação das normas de contabilização do ativo imobilizado na instituição.	Apoio da alta gestão
AF17	A contabilização do ativo imobilizado é valorizada no ambiente organizacional no qual eu atuo.	Valorização organizacional

AF18	Eu participo de discussões técnicas com outras áreas para a correta aplicação da norma de contabilização do ativo imobilizado NBC TSP 07.	Participação em discussões técnicas
AF19	Na entidade em que atuo há resistência interna à mudança nos processos contábeis normatizados pela NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.	Resistência à mudança
AF20	Eu busco atualização em normas e procedimento aplicados ao ativo imobilizado do setor público.	Busca por atualização em normas
AF21	Na entidade em que atuo existe comunicação entre os setores que facilita o cumprimento dos requisitos da NBC TSP 07 para a contabilização do ativo imobilizado.	Comunicação intersetorial
AF22	Na entidade em que atuo, as decisões da organização em relação a contabilização do ativo imobilizado refletem compromisso com a conformidade contábil.	Compromisso organizacional
AF23	Na entidade em que atuo, a cultura organizacional valoriza a contabilização do ativo imobilizado e a integridade do patrimônio público.	Cultura de valorização contábil e patrimonial
AF24	Na entidade em que atuo, a aplicação da NBC TSP 07 – ativo imobilizado melhora a qualidade das informações contábeis nas demonstrações financeiras.	Qualidade da informação contábil
AF25	Na entidade em que atuo, o reconhecimento adequado dos ativos imobilizados contribui para a transparência e prestação de contas à sociedade.	Reconhecimento adequado contribui para transparência
AF26	Na entidade em que atuo, a aplicação da NBC TSP 07 proporciona uma visão fidedigna do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras.	Fidedignidade das demonstrações
AF27	Na entidade em que atuo, a adoção da NBC TSP 07 - ativo imobilizado fortaleceu a eficiência da gestão patrimonial.	Fortalecimento da eficiência da gestão patrimonial
AF28	As informações sobre ativos imobilizados são úteis para apoiar a tomada de decisões na instituição em que atuo.	Informações úteis para tomada de decisões
AF29	A adoção da NBC TSP 07 – ativo imobilizado aumentou a confiabilidade nas demonstrações contábeis na instituição em que atuo.	Confiabilidade das demonstrações
AF30	A contabilização adequada dos ativos imobilizados melhora a transparência na gestão pública perante a sociedade.	Contabilização melhora transparência

Fonte: Elaborado pela autora (2025).